

(Provisório)

SUMÁRIO

Capítulo I

Fontes e integração. Princípios do processo do trabalho	37
1. Fontes e integração	37
2. Eficácia da Norma Processual no Tempo e no Espaço	39
2.1. Eficácia no tempo	39
2.1.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista)	42
2.1.1.1. Recursos	44
2.2. Eficácia no espaço	45
3. Princípios	45
3.1. Introdução	45
3.2. Princípios do processo do trabalho	46
3.2.1. Princípio da proteção	46
3.2.2. Princípio da conciliação	46
3.2.3. Princípio do jus postulandi	47
3.2.4. Princípio da oralidade	48
3.2.5. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões inter- locutórias	48
3.2.6. Princípio da extrapetição	49
3.2.7. Princípio da simplicidade	50
3.3. Princípios do Código de Processo Civil	50
3.3.1. Princípio da primazia da decisão de mérito	50

3.3.2. Princípio da cooperação	50
3.3.3. Princípio da boa-fé	51
3.4. Outros princípios processuais	51
3.4.1. Princípio dispositivo	51
3.4.2. Princípio inquisitivo	52
3.4.3. Princípio do duplo grau de jurisdição	52
3.4.4. Princípio da instrumentalidade das formas	52
3.4.5. Princípio da preclusão	53

Capítulo II

Organização da Justiça do Trabalho	55
1. Introdução	55
2. Tribunal Superior do Trabalho	56
3. Tribunais Regionais do Trabalho	59
4. Juízes do trabalho	61
5. Ingresso na carreira	62
6. Garantias dos juízes	62
7. Vedações dos juízes	63
8. DEVERES E PODERES DOS JUÍZES	64
9. “Juízo 100% Digital”	65
10. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	66
10.1. Secretarias das varas do trabalho	66
10.2. Secretarias dos tribunais	68
10.3. Serviços de distribuição de feitos	68
10.4. Oficiais de justiça avaliadores	70

Capítulo III

Ministério Público do Trabalho	71
1. Ministério público: conceito	71
2. Organização	71
3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	72
4. Princípios institucionais	74
4.1. Unidade	74
4.2. Indivisibilidade	75
4.3. Independência funcional	75
4.4. Promotor natural	75

5. Atribuições do ministério público do trabalho	75
6. Interesses e direitos metaindividuais tutelados pelo Ministério Público ...	77

Capítulo IV

Formas de solução de conflitos e jurisdição	79
1. Formas de solução de conflitos	79
2. Formas consensuais de solução de conflitos (autocomposição)	80
2.1. Mediação e Conciliação	80
2.2. Comissão de Conciliação Prévia	81
2.2.1. Introdução	81
2.2.2. Composição da Comissão de Conciliação Prévia Criada em Âmbito da Empresa	82
2.2.3. Necessidade de Submeter a Demanda à Comissão de Conciliação Prévia	83
2.2.4. Consequências da Conciliação Firmada Perante a CCP	83
2.3. Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial	84
3. Arbitragem	85
4. Jurisdição	86
4.1. Jurisdição voluntária	86
4.2. Jurisdição voluntária no processo do trabalho	86
4.3. Procedimento da homologação de acordo extrajudicial	87
4.3.1. Petição conjunta	87
4.3.2. Representação por advogado	87
4.3.3. Prazo para analisar o acordo extrajudicial	88
4.3.4. Realização de audiência	88
4.3.5. Sentença	88
4.3.6. Requisitos do acordo extrajudicial	89
4.3.6.1. <i>Transação</i>	89
4.3.6.2. <i>Observância do prazo para pagamento das verbas rescisórias</i>	89
4.3.6.3. <i>Parcelas alcançadas pelo acordo extrajudicial (quitação geral do contrato de trabalho)</i>	90
4.3.7. Suspensão e retorno da contagem do prazo prescricional	91

Capítulo V

Competência da Justiça do Trabalho	93
1. Competência	93
1.1. Introdução	93
1.2. Competência absoluta e relativa	94
1.2.1. Competência absoluta	94
1.2.2. Competência relativa	95
1.2.3. Diferenças entre a competência absoluta e relativa	96
2. Critérios de modificação da competência	97
2.1. Conexão e continência	97
3. Competência em razão da matéria e da pessoa	99
3.1. Ações oriundas da relação do trabalho	100
3.1.1. Relações de consumo	101
3.1.2. Honorários advocatícios	101
3.1.3. Ações Penais	102
3.1.4. Representantes Comerciais	102
3.1.5. Motoristas de Aplicativo	102
3.1.6. Transportadores autônomos de carga	103
3.2. Entes de direito público externo	104
3.2.1. Estados estrangeiros	104
3.2.2. Organismos ou organizações internacionais	105
3.3. Servidores da administração pública	105
3.3.1. Relação empregatícia	106
3.3.2. Vínculo estatutário	107
3.3.3. Vínculo temporário	108
3.3.4. Cargo em comissão	108
3.3.5. Alteração do regime de contratação	108
3.3.5.1. Empregados contratados antes da CF/88, sem submissão do concurso público	109
3.4. Competência trabalhista perante a greve	109
3.4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público	111
3.5. Ações envolvendo sindicatos	112
3.6. Mandado de segurança, habeas corpus e habeas data	113
3.6.1. Mandado de segurança	113

3.6.2. Habeas Corpus	114
3.6.3. Habeas Data	115
3.7. Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	116
3.8. Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho	117
3.9. Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir	118
3.10. Outras competências da Justiça do Trabalho	119
3.11. Ações envolvendo o meio ambiente do trabalho	120
3.12. Competência normativa	120
4. Competência funcional	121
5. Competência em razão do lugar (territorial)	122
5.1. Local da prestação dos serviços	122
5.1.1 Prestação de serviços em diversas localidades	123
5.2. Agente ou viajante comercial	123
5.3. Empregado brasileiro que trabalha no exterior	124
5.4. Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato	124
5.5. Competência Territorial na Ação Civil Pública	125
5.6. Foro de eleição	127
6. Conflitos de competência	127

Capítulo VI

<i>Partes e procuradores no processo do trabalho</i>	131
1. Conceito	131
2. Capacidade de ser parte	132
3. Capacidade processual	132
3.1. Representação	133
3.1.1. Incapazes	133
3.1.2. Representação das pessoas jurídicas	135
3.1.3. Representação em audiência	136
4. Capacidade postulatória e o jus postulandi	139
5. Representação por advogado	141
5.1. Substabelecimento	142
5.2. Condições de validade do mandato e do substabelecimento	143
5.3. Mandato tácito	144

5.4. Estagiário	146
5.5. Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	146
5.6. Regularização da representação	148
6. Honorários advocatícios	150
7. Benefício da justiça gratuita	153
7.1. Conceito	153
7.2. Características do benefício da justiça gratuita	154
7.3. Sujeitos beneficiários	156
7.4. Abrangência da gratuidade	157
7.5. Concessão parcial da gratuidade e parcelamento	158
8. Litisconsórcio	158
8.1. Esquema das classificações dos litisconsórcios	162
9. Substituição processual	162
10. SUCESSÃO PROCESSUAL	164
11. Deveres das partes e daqueles que participam do processo	166
12. Litigância de má-fé	167
12.1. Beneficiário da justiça gratuita	168
13. Assédio processual	168
14. Chamamento à Autoria no Fato do Príncipe	169
14.1. Procedimento	170
14.2. Coronavírus e fato do príncipe	171

Capítulo VII

Atos processuais	173
1. Introdução	173
2. Comunicação dos atos processuais	175
2.1. Formas de citação	175
2.2. Formas de intimação	179
3. Prazos processuais	181
3.1. Princípios dos prazos processuais	183
3.2. Contagem dos prazos processuais	183
3.2.1. Contagem em dias úteis	185
3.2.2. Início da contagem quando marcada audiência de julgamento	186
3.2.3. Contagem dos prazos no processo eletrônico	187
3.2.4. Interrupção e suspensão	188
3.2.4.1. <i>Recesso forense</i>	189

3.3. Prazos diferenciados	190
3.4. Principais prazos processuais	191
4. Despesas processuais	193
4.1. Custas processuais	194
4.1.1. Valor das custas processuais	194
4.1.2. Responsabilidade pelo pagamento das custas	196
4.1.3. Momento do recolhimento das custas	196
4.1.4. Isentos do pagamento das custas	197
4.2. Valor dos emolumentos	198
4.3. Honorários periciais	199
5. Negócio JURÍDICO processual	200

Capítulo VIII

<i>Nulidades processuais</i>	203
1. Vícios processuais: classificação	203
2. Princípios das nulidades processuais	204
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo)	204
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão	205
2.3. Princípio da economia processual	206
2.4. Princípio do interesse	206
2.5. Princípio da utilidade	206
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas	207
3. Quadro resumido	207

Capítulo IX

<i>Petição inicial</i>	209
1. Formas de reclamação	209
2. Requisitos da petição inicial	210
2.1. Causa de pedir (breve exposição dos fatos)	211
2.2. Pedido	211
2.2.1. Requisitos do pedido	212
2.2.2. Cumulação de pedidos	213
3. Aditamento e emenda da petição inicial	215
4. Indeferimento da petição inicial	216
4.1. Recurso da decisão que indefere liminarmente a petição inicial .	218
5. Improcedência liminar do pedido	218

6. Desistência da reclamação	220
6.1. Desistência de questão idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia	220

Capítulo X

Audiências	223
1. Generalidades	223
2. Atraso na audiência	226
3. Fracionamento da audiência	227
4. Comparecimento das partes	227
4.1. Representação do empregador pelo gerente ou preposto	228
4.2. Ausência do reclamante	229
4.3. Ausência do reclamado	230
4.3.1. Pessoa jurídica de direito público	232
4.3.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada	232
5. Suspensão da audiência	235
6. AUDIÊNCIA TELEPRESENCIAL E POR VIDEOCONFERÊNCIA	235
6.1. Distinção	235
6.2. Audiência por videoconferência	236
6.3. Audiência telepresencial	239
6.4. Regras comuns	240
6.5. Sustentação oral	242
7. Acordo judicial	242

Capítulo XI

Resposta do Réu	245
1. Introdução	245
2. Contestação	247
2.1. Defesas processuais	247
2.1.1. Incompetência relativa	248
2.1.2. Legitimidade	248
2.2. Defesas de mérito	249
2.2.1. Compensação x dedução x retenção	251
2.3. Princípios	252
2.3.1. Princípio da impugnação específica	252
2.3.2. Princípio da eventualidade	253

2.4.	Revelia	253
2.4.1.	Não produção dos efeitos da revelia	254
2.4.2.	Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada	255
3.	Exceções	257
3.1.	Exceção de impedimento e suspeição	258
3.1.1.	Momento de Alegação	260
3.1.2.	Procedimento	260
3.2.	Exceção de incompetência (relativa)	262
3.2.1.	Prazo para apresentação	263
3.2.2.	Necessidade de indicação do juízo competente	264
3.2.3.	Suspensão do processo	264
3.2.4.	Contraditório	264
3.2.5.	Produção de prova oral	264
3.2.6.	Decisão da exceção de incompetência	265
3.2.7.	Recorribilidade da decisão proferida na exceção	265
3.2.8.	Fluxograma	266
4.	Reconvenção	267

Capítulo XII

Provas	269	
1. Introdução	269	
2. Princípios da prova	270	
2.1.	Contraditório e ampla defesa	270
2.2.	Necessidade	272
2.3.	Oralidade	272
2.4.	Imediação	273
2.5.	Aquisição processual da prova ou comunhão da prova	273
3. Classificação	274	
4. Ônus da prova	275	
4.1.	Distribuição do ônus da prova (Teorias estática, dinâmica e convencional)	276
4.1.1.	Teoria Estática do ônus da prova	276
4.1.2.	Teoria dinâmica do ônus da prova	277

4.1.2.1.	<i>Momento de aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova</i>	278
4.1.2.2.	<i>Fundamentação da decisão</i>	278
4.1.2.3.	<i>Prova impossível ou excessivamente difícil</i>	279
4.1.3.	Distribuição convencional do ônus da prova	279
4.2.	Casos específicos na jurisprudência do TST	280
4.2.1.	Equiparação salarial	280
4.2.2.	Recebimento da notificação	281
4.2.3.	Vínculo de emprego e término do contrato de trabalho	281
4.2.4.	Horas extraordinárias	282
4.2.4.1.	Registro de ponto por exceção	284
4.2.5.	Dispensa discriminatória de portador de doença grave ..	286
4.2.6.	Vale-transporte	286
4.2.7.	Diferenças no recolhimento do FGTS	286
4.2.8.	Grupo econômico	287
4.2.9.	Terceirização pela Administração Pública	287
5.	Prova emprestada	288
6.	Meios de prova	290
6.1.	Interrogatório e depoimento pessoal	290
6.1.1.	Confissão	293
6.2.	Prova testemunhal	295
6.2.1.	Generalidades	295
6.2.2.	Quem pode testemunhar?	295
6.2.3.	Número máximo de testemunhas	297
6.2.4.	Comparecimento das testemunhas em audiência	298
6.2.5.	Procedimento	298
6.2.6.	Multa aplicada à testemunha	300
6.2.7.	Instauração de incidente	301
6.3.	Prova documental	303
6.3.1.	Falsidade de documento	305
6.4.	Prova pericial	305
6.5.	Inspeção judicial	309
7.	PROVAS E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)	310
8.	Encerramento da instrução	311

Capítulo XIII

Sentença e coisa julgada	313
1. Pronunciamentos judiciais	313
1.1. Sentença	313
1.2. Decisão Interlocutória	314
1.3. Despacho	315
1.4. Acórdão	315
2. Requisitos da sentença	315
2.1. Fundamentação	317
3. Classificação	321
4. Princípio da congruência	322
5. Publicação e intimação	324
6. Julgamento Antecipado	325
6.1. Julgamento Antecipado Total	325
6.2. Julgamento Parcial do Mérito	326
7. Efeitos anexos DA SENTENÇA	327
7.1. Hipoteca Judiciária	328
8. Coisa Julgada	329

Capítulo XIV

Tutela provisória	331
1. TUTELA PROVISÓRIA	331
1.1. Distinção: Tutela de urgência e tutela de evidência	332
2. TUTELAS DE URGÊNCIA	334
2.1. Requisitos para concessão	336
2.2. Formas de requerimento	337
2.2.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	338
2.2.1.1. Estabilização da tutela antecipada	338
2.2.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	339
3. Tutela de evidência	340
3.1. Requisitos para a concessão da tutela de evidência	340
4. Momento de concessão e meios de impugnação	341

Capítulo XV

Procedimento sumaríssimo e procedimento sumário	343
1. Procedimento Sumaríssimo	343
1.1. Incidência	343
1.2. Petição inicial e prazo para apreciação	344
1.3. Audiência	344
1.4. Sentença	345
1.5. Recursos	346
1.5.1. Recurso ordinário	346
1.5.2. Recurso de revista	346
1.5.3. Embargos para a SDI (embargos de divergência)	347
2. Procedimento Sumário	347
3. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	348

Capítulo XVI

Recursos trabalhistas	349
1. Teoria geral dos recursos	349
1.1. Meios de impugnação	349
1.2. Conceito de recurso	350
1.3. Classificação	351
1.3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso	351
1.3.2. Quanto à fundamentação	351
1.3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada	352
1.3.4. Quanto à independência	352
1.3.5. Resumo das classificações	355
1.4. Princípios recursais	356
1.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	356
1.4.2. Princípio da taxatividade (tipicidade)	356
1.4.3. Princípio da unirrecorribilidade (singularidade)	356
1.4.4. Princípio da consumação	356
1.4.5. Princípio da fungibilidade (convertibilidade)	357
1.4.6. Princípio da dialeticidade	359
1.4.7. Princípio da voluntariedade	360
1.4.8. Princípio da proibição da reformatio in pejus	360

1.4.9.	Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	361
1.4.10.	
	Princípio da primazia da decisão de mérito	362
1.5.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	364
1.5.1.	Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista	366
	1.5.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial	367
1.5.2.	Poderes do relator	368
1.6.	Pressupostos recursais	370
1.6.1.	Introdução	370
1.6.2.	Cabimento	371
1.6.3.	Legitimidade para recorrer	372
1.6.4.	Interesse em recorrer	373
1.6.5.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	373
	1.6.5.1. Aceitação da decisão	373
	1.6.5.2. Renúncia	373
	1.6.5.3. Desistência	374
1.6.6.	Tempestividade	375
	1.6.6.1. Intempestividade	376
1.6.7.	Representação	377
1.6.8.	Preparo	381
	1.6.8.1. Custas processuais	381
	1.6.8.2. Depósito recursal	385
	1.6.8.2.1. Generalidades	385
	1.6.8.2.2. Prazo para recolhimento e comprovação	386
	1.6.8.2.3. Depósito em conta vinculada ao juízo	386
	1.6.8.2.4. Correção monetária	387
	1.6.8.2.5. Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro-garantia judicial	387
	1.6.8.2.6. Valor do depósito recursal	388

1.6.8.2.7.	Redução do valor do depósito recursal pela metade	391
1.6.8.2.8.	Recursos que exigem o depósito recursal	392
1.6.8.2.9.	Diferença no recolhimento do depósito recursal	393
1.6.8.2.10.	Isenção do depósito recursal	393
1.6.9.	Regularidade formal	394
1.7.	Juntada de documentos	395
1.8.	Efeitos recursais	396
1.8.1.	Efeito obstativo	396
1.8.2.	Efeito devolutivo	396
1.8.3.	Efeito suspensivo	398
1.8.4.	Efeito translativo	400
1.8.5.	Efeito regressivo	400
1.8.6.	Efeito expansivo	400
1.8.7.	Efeito substitutivo	401
1.9.	Remessa Necessária	401
2.	Recursos em espécie	404
2.1.	Embargos de declaração	404
2.1.1.	Introdução	404
2.1.2.	Competência	404
2.1.3.	Prazo para interposição	405
2.1.4.	Hipóteses de cabimento	405
2.1.5.	Pronunciamentos recorríveis	407
2.1.6.	Embargos de declaração com efeito modificativo	408
2.1.7.	Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator	409
2.1.8.	Embargos de declaração protelatórios	410
2.1.9.	Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios	411
2.2.	Recurso ordinário	412
2.2.1.	Introdução	412
2.2.2.	Hipóteses de cabimento	412
2.2.3.	Juízo de retratação	413

2.2.4.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal	414
2.2.5.	Recurso ordinário no rito sumaríssimo	415
2.3.	Agravo de petição	415
2.3.1.	Agravo de petição no incidente de descon sideração da personalidade jurídica	418
2.4.	Recurso de revista	418
2.4.1.	Introdução	418
2.4.2.	Prazo	419
2.4.3.	Competência para julgamento	419
	2.4.4.1. Prequestionamento	420
	2.4.4.2. Transcendência	422
2.4.5.	Hipóteses de cabimento	423
	2.4.5.1. Divergência jurisprudencial	424
	2.4.5.1.1. Incidente de uniformização traba- lhista	428
	2.4.5.1.1.1. Direito intertemporal	429
	2.4.5.2. Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal	430
2.4.6.	Rito sumaríssimo	431
2.4.7.	Fase de execução	432
2.4.8.	Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista	432
2.4.9.	Recurso de revista de causas repetitivas	433
	2.4.9.1. Introdução	433
	2.4.9.2. Requisitos	433
	2.4.9.3. Processamento	433
	2.4.9.3.1. Competência	434
	2.4.9.3.2. Proposta de afetação	434
	2.4.9.3.3. Decisão de afetação	435
	2.4.9.3.4. Suspensão de outros recursos	435
	2.4.9.3.5. Colheita de informações e parecer do Ministério Público do Traba- lho	436
	2.4.9.3.6. Julgamento	437

2.4.9.3.7. Efeito do julgamento para os processos futuros	437
2.4.9.3.8. Desistência da ação em curso no primeiro grau	438
2.4.9.4. Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos	438
2.5. Embargos no TST	439
2.5.1. Introdução	439
2.5.2. Embargos infringentes	439
2.5.3. Embargos de divergência (embargos à SDI)	440
2.5.3.1. Introdução	440
2.5.3.2. Prazo	440
2.5.3.3. Competência para julgamento	440
2.5.3.4. Prequestionamento	441
2.5.3.5. Hipóteses de cabimento	441
2.5.3.6. Embargos de divergência de decisão proferida em agravo	442
2.5.3.7. Embargos de divergência no rito sumaríssimo	443
2.5.3.8. Embargos de divergência na fase executiva	444
2.5.3.9. Antigo recurso de embargos de nulidade	444
2.6. Agravo de instrumento	444
2.6.1. Cabimento	444
2.6.2. Prazo	446
2.6.3. Competência	446
2.6.4. Pressupostos recursais	447
2.6.4.1. Formação do instrumento	447
2.6.5. Juízo de retratação	449
2.7. Agravo interno e regimental	449
2.7.1. Multa no agravo interno	451
2.8. Recurso extraordinário	452
2.8.1. Recurso extraordinário repetitivo	454
3. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	457
3.1. Microssistema de julgamentos de causas repetitivas	457
3.2. Natureza Jurídica	458
3.3. Cabimento e requisitos	458

3.4. Competência	459
3.5. Legitimidade	459
3.5.1. Desistência ou abandono	460
3.6. Procedimento	460
3.7. Meios de impugnação do julgamento do IRDR	462
4. Incidente de Assunção de Competência	464
4.1. Introdução	464
4.2. Cabimento	464
4.3. Competência	465
4.4. Legitimidade	465
4.5. Objetivos	465
4.6. Requisitos	466
4.7. Procedimento	466
4.8. Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência	467
4.9. Diferenças entre o IRDR e o incidente de assunção de competência	468
4.10. Assunção de competência no TST	469
5. Reclamação	471
5.1. Introdução	471
5.2. Natureza Jurídica	471
5.3. Cabimento	471
5.4. Legitimidade	472
5.5. Procedimento	472
5.6. Recursos da decisão da reclamação	473
6. Reclamação correicional	474
 Capítulo XVII	
<i>Liquidação de sentença</i>	477
1. Introdução	477
2. Modificação, inovação e discussão quanto à parte principal	478
3. Modalidades de liquidação	478
3.1. Liquidação por cálculos	478
3.1.1. Procedimento	479
3.2. Liquidação por arbitramento	480
3.3. Liquidação por artigos	480

4. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA	481
4.1. Modulação de efeitos	484
4.2. Condenação em face da Fazenda Pública	484
5. Impugnação da decisão de liquidação	486

Capítulo XVIII

Execução trabalhista	489
1. Introdução	489
2. Título executivo	490
2.1. Títulos judiciais	490
2.2. Títulos extrajudiciais	491
3. Execução provisória e definitiva	491
4. Competência	494
5. Legitimidade	494
5.1. Legitimidade ativa	494
5.1.1. Execução de ofício	495
5.2. Legitimidade passiva	495
6. Responsabilidade patrimonial	496
6.1. Responsabilidade do sucessor	498
6.2. Responsabilidade decorrente da terceirização	499
6.3. Responsabilidade do sócio	501
6.3.1. Desconsideração da personalidade jurídica	501
6.3.1.1. Esquema do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	505
6.3.2. Responsabilidade do ex-sócio	506
6.4. Responsabilidade do Grupo Econômico	506
6.5. Responsabilidade do cônjuge	507
7. Fraude contra credores e fraude à execução	508
7.1. Fraude contra credores	508
7.2. Fraude à execução	509
7.2.1. Bens sujeitos a registro	511
7.3. Principais diferenças	512
8. Execução por quantia certa	512
8.1. Introdução	512
8.2. Citação	513

8.3.	Medidas executivas indiretas para cumprimento voluntário da sentença condenatória	513
8.3.1.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	516
8.3.2.	Protesto	517
8.3.3.	Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (SERASAJUD)	518
8.4.	Nomeação de bens	518
8.5.	Penhora	519
8.5.1.	Depositário	522
8.5.2.	Penhora em dinheiro	523
8.5.2.1.	Bloqueio de contas bancárias (penhora on-line)	523
8.5.2.2.	Seguro-garantia judicial e fiança bancária	525
8.5.2.3.	Requisitos para apólice do seguro-garantia judicial e da fiança bancária	526
8.5.3.	Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial	527
8.5.4.	Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta	528
8.5.5.	Bens impenhoráveis	529
8.5.5.1.	Impenhorabilidade da remuneração do executado	530
8.5.5.2.	Impenhorabilidade do bem de família	532
8.6.	Defesa na execução	534
8.6.1.	Embargos à execução	534
8.6.1.1.	Natureza Jurídica	534
8.6.1.2.	Prazo	534
8.6.1.3.	Competência	536
8.6.1.4.	Matérias passíveis de alegação (objeto)	536
8.6.1.5.	Efeito Suspensivo dos embargos	537
8.6.1.6.	Procedimento	537
8.6.2.	Exceção de pré-executividade	538
8.6.3.	Impugnação à decisão de liquidação	539
8.6.4.	Embargos de terceiros	539
8.6.4.1.	Generalidades	539

8.6.4.2.	<i>Prazo</i>	540
8.6.4.3.	<i>Competência</i>	541
8.7.	Prescrição intercorrente	542
8.8.	Expropriação de bens	543
8.8.1.	Adjudicação	543
8.8.2.	Arrematação	545
8.8.2.1.	<i>Introdução</i>	545
8.8.2.2.	<i>Legitimidade</i>	545
8.8.2.3.	<i>Publicidade</i>	546
8.8.2.4.	<i>Lance</i>	547
8.8.2.5.	<i>Pagamento</i>	547
8.8.2.6.	<i>Pagamento parcelado</i>	548
8.8.2.6.1.	Proposta de pagamento parcelado do bem arrematado pelo interessado	548
8.8.2.6.2.	Requerimento de pagamento parcelado do débito pelo executado	550
8.8.3.	Meios de impugnação da expropriação	551
8.9.	Esquema da execução contra devedor solvente	553
8.10.	Remição da execução	554
8.11.	Execução de prestações sucessivas	555
9.	Execução de obrigação de fazer e de não fazer	555
9.1.	Título judicial	555
9.2.	Título extrajudicial	557
10.	Execução de contribuições previdenciárias	558
11.	Execução contra a massa falida	563
12.	Execução contra a fazenda pública	564
12.1.	Introdução	564
12.2.	Precatório	566
12.2.1.	Ordem preferencial	567
12.2.2.	Preterição e não inclusão no orçamento	569
12.3.	Requisição de pequeno valor	570

Capítulo XIX

Dissídio coletivo	573
1. Conceito	573
2. Classificação	574
3. Poder normativo	575
3.1. Limites	575
3.1.1. Limite mínimo	576
3.1.2. Limite máximo	576
4. Competência	576
4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público	577
5. Legitimidade	578
6. Pressupostos processuais específicos	579
6.1. Negociação prévia	579
6.2. Autorização em assembleia	580
6.3. Comum acordo	580
6.4. Época própria para ajuizamento	581
6.5. Fundamentação das cláusulas reivindicadas	581
6.6. Cumprimento do estatuto do sindicato	582
7. Procedimento	582
8. Sentença normativa	583
8.1. Conceito e natureza jurídica	583
8.2. Início da vigência	584
8.3. Prazo de vigência	584
8.4. Extensão	584
9. Coisa julgada	585
10. Recursos	586
10.1. Efeito suspensivo	586
11. Dissídio revisional	587
12. Dissídio coletivo na administração pública	587
13. Ação de cumprimento	588
13.1. Natureza jurídica	588
13.2. Cabimento	589
13.3. Competência	589
13.4. Legitimidade	589
13.5. Momento do ajuizamento	589

13.6. Prescrição	590
13.7. Objeto	590
13.8. Coisa julgada	590

Capítulo XX

Procedimentos especiais 593

1. Inquérito para apuração de falta grave	593
1.1. Cabimento	593
1.2. Prazo para propositura	594
1.3. Procedimento	595
1.4. Efeitos da sentença	595
2. Ação Civil Pública	596
2.1. Introdução	596
2.2. Cabimento	596
2.3. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	597
2.4. Competência	599
2.5. Legitimidade	601
2.6. Litisconsórcio	602
2.7. Objeto	603
2.8. Tutelas de urgência	604
2.9. Prescrição	605
2.10. Litispendência	606
2.11. Instrução	607
2.12. Sentença	608
2.13. Coisa julgada	608
2.13.1. Interesses ou direitos difusos e coletivos	609
2.13.2. Interesses ou direitos individuais homogêneos	611
2.13.3. Esquema	612
2.14. Despesas processuais e honorários advocatícios	613
3. Ação rescisória	613
3.1. Introdução	613
3.2. Competência	614
3.3. Legitimidade	616
3.4. Pressuposto da ação rescisória	617
3.4.1. Trânsito em julgado	618

3.4.2.	Decisão de mérito ou decisão que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente	619
3.5.	Prazo para ajuizamento	622
3.5.1.	Recurso parcial	623
3.5.2.	Acordo homologado judicialmente	624
3.6.	Hipóteses de cabimento	625
3.6.1.	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	626
3.6.2.	Impedimento do juiz ou incompetência absoluta do juízo	627
3.6.3.	Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei	627
3.6.4.	Ofensa à coisa julgada	629
3.6.5.	Violação manifesta de norma jurídica	631
3.6.6.	Prova falsa	634
3.6.7.	Obtenção de prova nova	634
3.6.8.	Erro de fato	636
3.7.	Juízo rescindendo e juízo rescisório	637
3.8.	Valor da causa	638
3.9.	Depósito prévio	638
3.10.	Procedimento	639
3.11.	Honorários advocatícios	640
3.12.	Recurso	640
3.13.	Ação rescisória de ação rescisória	641
4.	Mandado de segurança	641
4.1.	Conceito	641
4.2.	Legitimidade	642
4.2.1.	Legitimidade ativa	642
4.2.2.	Legitimidade passiva	642
4.3.	Competência	643
4.4.	Modalidades	644
4.5.	Cabimento	644
4.6.	Ato ilegal ou abuso de poder	645
4.7.	Direito líquido e certo	645
4.8.	Prazo para impetração	648

4.9.	Petição inicial	648
4.10.	Despacho da petição inicial	649
4.11.	Informações da autoridade coatora	650
4.12.	Parecer do Ministério Público	650
4.13.	Defesa oral	650
4.14.	Jus postulandi	650
4.15.	Honorários advocatícios	650
4.16.	Recurso	650
4.17.	Reexame necessário	651
4.18.	Mandado de segurança coletivo	651
5.	Consignação em Pagamento	652
5.1.	Cabimento	652
5.2.	Objeto	653
5.3.	Competência	653
5.4.	Legitimidade	653
5.5.	Procedimento	654
6.	Ação monitória	655
6.1.	Conceito	655
6.2.	Aplicação ao processo do trabalho	655
6.3.	Procedimento	656

Capítulo XXI

	Informatização do processo judicial	659
1.	Introdução	659
2.	Sistema de peticionamento eletrônico	661
3.	Processo judicial eletrônico	662
3.1.	Introdução	662
3.2.	Assinatura digital	663
3.3.	Usuários	665
3.3.1.	Responsabilidade do usuário	667
3.3.2.	Uso inadequado do sistema	667
3.4.	Disponibilidade e indisponibilidade do sistema	668
3.5.	Recebimento de arquivos	670
3.6.	Documentos	671
3.6.1.	Prazo de preservação dos originais dos documentos digitalizados	672

3.7.	Consulta	673
3.7.1.	Segredo de Justiça e do Sigilo	673
3.8.	Atos processuais	674
3.8.1.	Intimação, citação ou notificação	674
3.8.2.	Prazos processuais	675
3.8.2.1.	<i>Data da intimação e contagem dos prazos processuais</i>	676
3.8.2.2.	<i>Suspensão</i>	676
3.8.3.	Juntada de petições	677
3.8.3.1.	<i>Petição inicial</i>	677
3.8.3.2.	<i>Resposta do réu</i>	678
3.8.4.	Audiência	679
3.8.5.	Carta precatória	680
3.8.6.	Autos suplementares no segundo grau	680
3.9.	Administração do sistema	681
3.9.1.	Comitê gestor nacional do PJe (CGNPJe) instalado na Justiça do Trabalho	681
3.9.1.1.	<i>Coordenação Nacional Executiva do PJe (CNEPJe)</i> ..	682
3.9.2.	Comitês gestores regionais (CGRPJe)	683
3.9.3.	Administrador do sistema	685
3.9.4.	Equipe de teste	685
Bibliografia	687